

# Ilustres balaústres

P7

9 SET 1991

Hermano Alves

Todo santo dia alguém afirma por televisão, rádio, jornais e revistas, na tribuna parlamentar, em simpósios, congressos, mesas-redondas, banquetes e jantares, com a mais profunda gravidade, que o Brasil deve integrar-se, com urgência, na economia internacional. Tal recomendação não tem sentido uma vez que o Brasil está plenamente integrado na economia internacional depois dos dezesseis e dezessete, graças à cana-de-açúcar, às madeiras (uma delas deu nome ao País), ao ouro e outros produtos primários e matérias-primas, como diamantes algodão, cacau, gado etc. A integração começou pelas fronteiras com as bandeiras, monções e capturas de índios ou pelo litoral com exportação, importação, privilégios reais, pirataria e corso, contrabando, tráfico de escravos. No início do século XIX o Brasil exportava trigo para os Estados Unidos da América.

Essa gente que anda a dizer tolices por aí parte do pressuposto de que o Brasil está fora do planeta, talvez viajando pela Lua, como Cyrano de Bergerac. Recomendam todos esses Pachecos (veja-se o *Fradique Mendes*, de Eça de Queiroz) que precisamos exportar, importar, absorver tecnologia e know-how, recorrer aos capitais estrangeiros e abrir as fronteiras. Ora, o País é uma fronteira aberta, em matéria de legislação. Em comparação com ele, o Japão é uma espécie de Muralha da China e os Estados Unidos da América, com suas tarifas protecionistas que atingem hoje dezenas de produtos brasileiros, recordam a



Europa ocupada por Napoleão.

O Brasil já usou do capital estrangeiro, com estímulos, incentivos e subsídios (a pobre da Usiminas fazia um preço especial do aço para a Autolatina, formada pela Ford e a Volkswagen), para construir ferrovias, portos, estradas, instalar a eletricidade na área Rio-São Paulo, moinhos, minas, refinarias e o que mais se possa imaginar. Hoje, a mais lucrativa das subsidiárias da IBM é a brasileira. A IBM beneficiou-se muito da legislação sobre a informática que traçou as etapas de reserva de mercado por motivos de ordem estratégica. Quem hoje patrocina a republicação de artigos de algumas personagens ilustres contra a reserva de mercado e a legislação atual, já reformada, não é a IBM mas uma concorrente européia.

A ação do Estado na economia, às vezes pioneira, não raro essencial, em certas ocasiões inútil ou, até mesmo, contraproducente, é tão velha quanto o Império Romano e, no Brasil, se manifesta desde as capitaniias, as sesmarias e a política de Pombal. Foi defendida por José Bonifácio de An-

drada e utilizada pelo Império, pela República Velha e pela Revolução de 1930. É desnecessário insistir que sem ela não haveria Volta Redonda, o petróleo, a Eletrobrás, a energia nuclear, a informática, a indústria aeronáutica e até mesmo as técnicas de construção de represas e barragens ou de estradas em regiões tropicais.

Há muita malandragem por aí, por trás dos graves pronunciamentos de figurões ilustres e balaústres, como diria Roberto Caiuby Novaes. A privatização de empresas dispensáveis pelo Estado ou por ele mantidas sem interesse e até com prejuízo, mediante a utilização de títulos da dívida externa, seria bem razoável — se houvesse a confiança de que ninguém ia cobrar comissão, de que não haveria tráfego com informações privilegiadas e de que as coisas não seriam decididas fora do alcance do Congresso e da opinião pública, na City de Londres ou na Bourse de Paris.

Os slogans são berrados pela televisão, fatos são omitidos, usam-se lugares comuns, lançam-se frases feitas, ameaça-se com sanções yankees, tudo em meio a citações de um Tucídides jamais lido e de um Samuel Johnson incerto e não sabido mas encontrado no *Oxford Book of Quotations*. Por vezes, a linguagem é tão pitoresca quanto a de Cantinflas. Mas tudo serve. E vale tudo, pois, como dizia esse original e longínquo construtor de frases, José Coube de Carvalho, "o que importa é engrupir o indígena".

■ Hermano Alves, ex-deputado, é jornalista